

**Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito da USP –
14/02/2017**

Discurso do Professor José Goldemberg

Meus amigos,

É um privilégio e uma honra receber da Universidade de São Paulo o título de professor emérito; agradeço o Conselho Universitário por ter-me concedido esta distinção.

Devo à USP minha formação e experiência universitária. Ingressei nela em 1946, recebi meu doutorado em 1954 no Departamento de Física e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pouco depois minha Livre-docência e o cargo de professor catedrático da Escola Politécnica em 1968.

Como Reitor da Universidade de 1986 a 1990 tentei contribuir para o reerguimento da instituição seriamente afetada pelo período autoritário pelo qual o país passou de 1964 a 1985.

O evento de hoje me permite tentar olhar o passado com certa objetividade que a distância e a idade avançada permitem.

O que tentei como Reitor foi tentar elevar o nível da universidade para atingir melhor os objetivos para os quais foi criada em 1934 e que refletiam uma visão republicana e liberal da universidade.

Segundo esta visão a função da universidade é:

- propiciar a busca livre da ciência e da excelência em todas as áreas;
- realizá-las sem se submeter a interesses de classes, grupos partidários ou a ideologias totalitárias;
- garantir o acesso sem utilizar outro critério que não seja a capacidade dos candidatos;

A USP foi criada como universidade laica no modelo da Universidade de Humboldt em 1810 na Alemanha com ampla cobertura de todos os campos do conhecimento com forte componente da pesquisa científica e humanística. Não é de surpreender que por ela tenham passado Hertz, Koch, Weber, Einstein, os irmãos Grimm, Hegel, Marx, Heisenberg e tantos outros expoentes da ciência e da cultura dos séculos 19 e 20.

Já existiam, contudo, em São Paulo, diversas escolas de grande prestígio, verdadeiras “grands écoles” no estilo francês como a Escola Politécnica, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Agricultura e outras, algumas criadas ainda no século 19.

A USP tentou combinar componentes dos dois modelos e uniformizá-los num patamar elevado foi sempre um dos seus grandes desafios.

A Constituição brasileira de 1988, no seu artigo 207, garantiu às universidades quase todas as características de uma universidade liberal:

“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Em uma das versões iniciais do anteprojeto da Constituição constava do artigo 207 a expressão “nos termos da lei” o que tornaria indefinida a autonomia das universidades. Foi como Reitor que discuti este tema várias vezes com Mario Covas, relator da Constituição, contribuindo para que fosse eliminada.

A defesa apaixonada da autonomia didática-científica e da defesa da ciência e dos cientistas que fiz teve origem na minha experiência como diretor do Instituto de Física de 1970 a 1978 com o apoio do Reitor Miguel Reale e depois como Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Em alguns períodos, a interferência do aparato policial do Governo na vida universitária era tal que havia agentes do SNI no Gabinete do Reitor que

não distinguiam entre ideias e atividades subversivas, vetando até nomeação de professores.

Este aparato policial desapareceu assim que assumi a Reitoria em 1986.

No que se refere à autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a liberação dos recursos era negociada no passado pelos reitores e o Governo do Estado e era sujeita a atrasos, contingenciamentos e ajustes de todo tipo, como ainda ocorre nas universidades federais. Como os orçamentos fixados no início do ano eram insuficientes – sobretudo devido à inflação vigente – era necessário negociar com o Governo o tempo todo recursos adicionais (suplementações) cujo sucesso dependia de relações pessoais e políticas. A autonomia de gestão era uma mera ilusão.

Só para dar um exemplo, as carreiras administrativas e técnicas das universidades eram sujeitas, na época, às mesmas regras das carreiras do Estado e qualquer modificação passava por órgãos externos a ela. Contratações, nomeações e viagens internacionais tinham que ser aprovadas pelo próprio Governador.

Em 1988, junto com Paulo Renato de Souza, reitor da UNICAMP e Jorge Nagle reitor da UNESP negociamos com o Governador do Estado uma nova sistemática de alocação e liberação de recursos: foi fixada, através do decreto de número 29.598 de 2 de fevereiro 1989 uma porcentagem fixa do ICMS do Estado (8.4%) que era a média histórica dos 3 anos anteriores. Este percentual foi atualizado ao longo dos anos que hoje é de 9,57% – cerca da metade dos quais para a USP (cerca de 5 bilhões de reais) e o restante para as outras universidades do Estado.

As universidades receberam, pela primeira vez, um atestado de maioria e puderam dispor livremente dos seus recursos, fixar os salários dos docentes e funcionários e definir suas prioridades de investimento.

Autonomia de gestão é uma coisa. Garantir recursos financeiros adequados sobretudo em tempos de crise é outra.

A autonomia de gestão não é soberania e as universidades precisam negociar o nível dos recursos alocados a ela levando em conta outras

necessidades da população do Estado que são fixadas pelo Poder Executivo e Poder Legislativo. E isso realmente ocorre no caso da USP, pois anualmente a Assembleia Legislativa aprova, na lei de diretrizes orçamentárias encaminhada pelo Governador do Estado, o percentual da arrecadação que formará o orçamento das universidades.

O decreto de 1989 recomendava também que não mais de 75% da verba de cada uma delas fosse usada com despesas com pessoal, deixando uma fração de 25% para assegurar a manutenção de suas atividades e investimentos em equipamentos e construções.

A partir de 1989 a autonomia financeira da USP e o elevado senso de responsabilidade e missão de uma sucessão de reitores permitiu que ela atingisse um nível de desempenho e excelência sem precedentes.

Ela está hoje indubitavelmente entre as 200 melhores universidades do mundo num universo de cerca de 10 mil universidades e uma das melhores da América Latina.

Sucedeu, contudo que a partir de 2010 a concessão de vantagens salariais e outras liberalidades elevou as despesas com pessoal e no caso da USP comprometeu mais de 100 por cento dos seus recursos. Só para dar um exemplo os salários do pessoal técnico e administrativo foram aumentados de 2009 a 2013 em 73% em média muito acima da inflação neste período. Esta situação coloca em risco a própria autonomia da universidade porque implica na busca de suplementações do Governo do Estado que é justamente o que se pretendeu evitar com o Decreto de 1989 que atribuiu a ela uma fração fixa do ICMS. O uso das reservas para viabilizar aumentos salariais que foi feito demonstrou claramente falta de entendimento da diferença que existe entre despesas de custeio e investimentos.

Nesta situação, as atividades de pesquisa científica e tecnológica, de interesse estratégico para o País (e não apenas de interesse da universidade), só não sofreram uma queda acentuada graças ao apoio da FAPESP.

Para evitar tais práticas no futuro seria salutar adotar regras como as vigentes para toda a administração pública, como a Lei da Responsabilidade Fiscal, como as que estão recentemente em implementação na USP por proposta do reitor Zago, além de outras medidas moralizantes como evitar contratações de pessoal 6 meses antes de eleições para escolha de dirigentes como já ocorre no resto do serviço público.

A adoção destas medidas – um verdadeiro “código de conduta” – mostra à sociedade que as universidades públicas do Estado estão exercendo a liberdade que a autonomia financeira lhes deu com responsabilidade e que são desnecessárias medidas externas para força-las a fazê-lo. A USP está assim construindo, num permanente diálogo com a sociedade, com o Governo e com os órgãos públicos de controle, um novo e necessário patamar de sua autonomia: aliando de modo inseparável autonomia com responsabilidade.

O que justifica a indexação dos seus recursos ao ICMS é o fato que educação exige um esforço continuado. Não é como a construção de uma estrada ou linha de Metro que poderá gerar grandes benefícios, mas que ocorre uma única vez e pode ser postergada em tempos de crise. Educação e pesquisa não estão nesta categoria e precisam ser alimentadas todo o tempo.

Considero essencial em tempos de crise como a atual que nos esforcemos para esclarecer o Governo e a sociedade da importância da universidade e que os gastos que isto implica são justificados não se confundindo com demandas corporativas, das quais a própria universidade tem de saber se defender.

Alguns argumentos que justificam esta visão são os seguintes

- A USP já formou cerca de 300 mil profissionais em todas as áreas desde sua criação há mais de 80 anos e que são desde então os líderes incontestes na indústria, agricultura, ciência, e cultura do Estado e do país.
- A USP elevou o nível cultural, técnico e científico do Estado e do sistema universitário de São Paulo (público e privado) e do país.
- A criação da USP contribuiu de forma indiscutível para elevar o nível intelectual, artístico e empresarial do Estado rompendo os

horizontes provincianos da época e abrindo o Estado para o mundo o que permitir captar informações e conhecimentos sobre as melhores ideias e tecnologias existentes no mundo e incorporá-las no processo de desenvolvimento do Estado evitando repetir erros que os outros já cometeram.

- É graças à USP e a toda a influência que exerce no sistema universitário de São Paulo e do país (público e privado) e que temos um INCOR e tratamento de câncer de primeiro mundo, uma engenharia de vanguarda em grandes obras, uma agricultura avançada só para dar um exemplo um programa pioneiro de álcool de cana de açúcar que gera um milhão de empregos por ano.

Por essas razões é tão importante preservá-la como uma universidade de primeiro mundo.